

O “TOM AFRICANO” DA BAHIA OITOCENTISTA: OLHARES, RELATOS E IMAGENS DE SALVADOR NO SÉCULO XIX

THE “AFRICAN THING” OF EIGHTEENTH BAHIA: VIEWS, REPORTS AND IMAGES OF SALVADOR IN THE NINETEENTH CENTURY

Carlos Antonio dos REIS*

Resumo: A busca pela modernidade tornou-se moeda corrente entre as elites letradas da Bahia na passagem do século XIX para o XX. O desejo era situá-la entre as cidades de importância no cenário nacional, livrando-a de uma imagem ligada a um tempo atrasado e refratário ao que então se entendia por progresso. Imagem, por sua vez, muito devedora das impressões deixadas pelos diversos viajantes estrangeiros que por lá passaram ao longo do Oitocentos e que colaboraram para forjar uma identidade mais próxima da *Costa d'África* que do Brasil. Busca-se compreender como se deu a construção dessa imagem de terra “avessa à civilização”, com a qual a Bahia era identificada em princípios do século XX, a partir da análise das representações efetuadas por uma vasta literatura de viajantes que por lá estiveram ao longo de todo o século XIX e que deixaram em seus relatos diferentes apreciações da população local, sobretudo, de sua parcela negra.

Palavras-chave: Viajantes – Bahia – Século XIX – Negros.

Abstract: The search for modernity became common among the educated elites of Bahia State from the Nineteenth and Twentieth Centuries. The desire was to place it between the important towns on the national scenery, ridding it of an image linked to a delayed and refractory time to what then was meant by progress. Image, in turn, much in debt to impressions left by the various foreign travelers who passed through during the Nineteenth Century and helped the forging of an identity closer to the coast of Africa than Brazil. As we try to understand how was built the image of the land “adverse to civilization” with which Bahia was identified in the early Twentieth Century from the analysis of the representations made by a vast literature of the travelers that were in Bahia throughout the Nineteenth Century. In this literature, different assessments were shown in their statements on the local population, mainly about the black population.

Keywords: Travelers – Bahia – Nineteenth Century – Black Population.

Por volta de 1896, o pastor protestante alemão Henri Shwieger desembarcava em Salvador e, a partir de suas impressões, nos dava conta das transformações pelas quais a cidade vinha passando na última década do Oitocentos. Relata sua surpresa ao deparar-se com o elevador hidráulico Antonio Francisco Lacerda, popularmente conhecido apenas por elevador Lacerda, obra considerada complexa para a engenharia daquele período: “Na cidade negra da Bahia não esperávamos encontrar uma tal obra mestra da

* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP, Campus de Franca, CEP: 14409-160, Franca, São Paulo – Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: carltonrei@yahoo.com.br.

técnica moderna, e que despertou nossa total admiração.” (SHWIEGER apud AUGEL, 1975, p. 244). O espanto e a admiração revelados pelo religioso alemão dimensionam bem a constante associação entre a Bahia e o atraso, presente no imaginário de muitos homens da época.¹ Como aquela “cidade negra”, que ainda se via às voltas com tantos negros descalços carregando passageiros em suas tão características “cadeirinhas de arruar”, tinha sido capaz de construir uma obra de tamanhas proporções? Para aquele viajante, era como se ali a modernidade estivesse “fora de lugar”. Mas a modernidade estava sim em seu lugar, pelo menos na mentalidade e nas aspirações das elites letradas locais.

O referido elevador, inaugurado em 1871, fazia parte de um conjunto de melhorias urbanas que a cidade assistiu ao longo de sua expansão na segunda metade do XIX, que compreenderam ainda a instalação da iluminação a gás, em 1862, em “[...] substituição do candieiro de azeite de peixe” (QUERINO, 1955, p. 211); a implantação do telégrafo pela companhia *The Western Telegraph* em 1871; a reforma do porto pela Cia. Docas e Melhoramentos da Bahia e a chegada dos primeiros trens a vapor, ambas em 1891 (TAVARES, 2001, p. 271). Para além de alcançar ares mais modernos, as transformações urbanas eram urgentes, pois, somente a partir delas seria possível incluir decisivamente a cidade na rota do capitalismo internacional, e até mesmo, recuperar uma posição de destaque dentro da própria economia nacional, tendo em vista que as regiões do centro-sul gozavam de uma melhor situação econômica devido às prósperas exportações de sua produção cafeeira, o que lhes conferia, também, maior poder político junto ao governo central (SAMPAIO, 2005, p.52-53). Em descompasso com o sul do país, a Bahia vinha passando por um momento de instabilidade econômica que se arrastava desde meados do século XIX, com o fim do tráfico negreiro e com muitas dívidas herdadas do Império, que resultara em parca industrialização naquele estado. No período republicano, a situação econômica oscilava de acordo com as crises e recuperações do mercado agroexportador, mas, ainda assim, os recursos gerados dariam impulso a novos hábitos de consumo da população e a um surto modernizador da cidade (SANTOS, 2001).

Assim, as primeiras décadas republicanas constituíram um momento de intensa busca da modernidade por parte das elites letradas baianas. Figuravam nesse segmento da população os membros do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBa), os acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia (FMBA), a imprensa e os dirigentes políticos locais.² O objetivo central era situar a sua terra, ou pelo menos a capital

Salvador, entre as cidades de importância no cenário nacional, livrando-a de uma imagem imediatamente ligada a um tempo atrasado e refratário ao que se entendia por progresso material, cultural, moral, intelectual e social naquele momento. Imagem, por sua vez, devedora das variadas impressões deixadas pelos diversos viajantes que por lá passaram ao longo de todo século anterior, colaborando para forjar uma identidade para aquela localidade. Cristalizadas, muitas cenas e cenários narrados pelos visitantes oitocentistas ainda se mostravam presentes em princípios do século XX e, definitivamente, guiavam-se em direção contrária ao projeto higienista vigente, causando grande mal-estar entre a boa sociedade baiana. Neste sentido, é emblemática a passagem de um grupo de marujos norte-americanos que, em 1917, lá desembarcou e, debochadamente, munidos de “vassouras e regadores cheios de creolina”, puseram-se a lavar algumas regiões da cidade por conta própria. Fato que gerou a revolta de alguns moradores e, por outro lado, a resignação de outros que entendiam que, aos estrangeiros, “[...] cidadãos de centros civilizados, irritavam-lhes taes aspectos de Costa D’África, de cabilda de selvagens sem governo” (A TARDE, 1917 apud ALBUQUERQUE, 1999, p. 22). Para além de evidenciar uma idealização do olhar externo/estrangeiro sobre o local, a referência negativa através da qual o continente africano é tomado como parâmetro de aproximação com a terra recém-chegada, todavia, não trazia em si muita novidade. Ao contrário, mostrou-se recorrente numa extensa literatura de viagens que teve lugar privilegiado ao longo dos dois séculos anteriores.

Baía de Todos os Santos, ou simplesmente Bahia, assim ficou conhecida a capital da província, outrora também cidade mais importante da colônia. Apenas como Bahia foi tratada pelos diversos visitantes que por aquelas terras passaram desde os primeiros tempos coloniais. Contudo, para o presente texto, interessam os registros de alguns homens e mulheres que por lá estiveram ao longo do século XIX. Diferentes viajantes e itinerários guiados também por diferentes motivações: comerciais – dada a grande importância de seu porto até pelo menos meados do século XIX, com o término oficial do tráfico de escravos –, religiosas, pedagógicas, artísticas e científicas (AUGEL, 1975).

Esta literatura de viagens, pois, se trata de um instigante instrumento para entendermos a situação um tanto conflituosa entre as imagens formadas por olhares externos, idealizados como superiores, em sua relação dialógica com a autoimagem que muitos habitantes projetam para sua terra. Nesse percurso, ao pensar o olhar dos viajantes em sua relação com as cidades descritas, acompanhamos Sandra J. Pesavento (2007, p. 9), quando sugere:

Como não recorrer também aos diários e relatos de viagens, em que as sensações são registradas e os detalhes anotados, dando ao leitor de hoje a expressão do olhar de um outro no passado, visitante, viajante e passante de uma urbe determinada? [...] olhares estrangeiros que adotam, como marcos de referência para o urbano, outras cidades, outros ethos, outros ícones para avaliar uma cidade. Por vezes cruéis, por vezes deslumbrados, esses olhares que revelam uma alteridade contrastante fizeram parte da construção de uma identidade nacional. Pois, como bem sabemos, um pouco do que somos está escrito, de forma estereotipada, na visão do outro [...].

No ano de 1909, desembarcava em Salvador o francês Latteaux – médico chefe do laboratório de ginecologia da Universidade de Paris –, segundo suas próprias palavras, “em meio de imundícies e detritos sem nome”, num ambiente “infecto” que o levou a acreditar estar “[...] em certas cidades do Oriente por onde jamais passou uma vassoura” (LATTEAUX, 1910 apud MATTOSO, 1978, p. 175). Para Latteaux, a cidade da Bahia caracterizava-se por sua sujeira. A repugnância demonstrada pelo médico para com a limpeza trazia em si, muito além da aparente implicância, todo um conteúdo, uma “bagagem” impregnada de *a priori*s e juízos de valor resultantes de suas experiências pessoais anteriores, que se mostraram rotineiros, verdadeiros “lugares-comuns” na literatura que se dedicou a narrar as passagens de estrangeiros pelas cidades luso-brasileiras.

Ao longo do século XIX, das diversas impressões que a cidade causou aos visitantes, sobretudo aos estrangeiros, as que prevaleceram não são muito abonadoras, tanto do ponto de vista material como moral. Além da questão do asseio das ruas, nessa literatura são recorrentes menções ao tumulto, à algazarra dos escravos, ao barulho, ao mau cheiro, à indolência da população local, ao primitivismo das tradições – tanto de procissões religiosas e de festejos populares –, ao mau gosto da arquitetura e das artes – teatro e música – e à falta de infraestrutura da cidade. Impressões que afetavam as sensibilidades, olhos, narizes e ouvidos desses observadores que, por sua vez, remetem a uma paisagem de Salvador assemelhada à “Costa d’África”, devido à quantidade maciça de negros que por lá circulava.

Passemos à alguns dos viajantes oitocentistas... O comerciante francês Louis-François Tollenare, que esteve na Bahia por volta de 1817, com o propósito de negociar um carregamento de algodão, assim descreveu suas primeiras impressões da cidade:

Entre Bonfim e o Cabo de Santo Antônio rasga-se uma formosa baía, de duas léguas de largura, no fundo da qual aparece a cidade de S. Salvador, edificada em *anfiteatro* sôbre uma encosta muito escarpada.

Vários edifícios consideráveis lhe dão uma aparência de grandeza e de magnificência. [...] resulta daí um conjunto de grandeza que o olhar abraça mais facilmente do que se a cidade fosse construída em planície. [...] O *golpe de vista* que a construção em *anfiteatro* dá à cidade, perde muito de seu valor quando se põe em terra. A montanha desce tão bruscamente para o mar que na praia não há mais espaço do que o necessário para construir uma só rua, cujas casas são banhadas pelo mar e do outro apoiadas de encontro na montanha, que sem cessar as ameaça com desmoronamentos (TOLLENARE, 1956, p. 280-281, grifo nosso).

A primeira reação ocorre pelo impacto gerado pela grandiosidade do conjunto da paisagem, no qual a cidade aparece incrustada na montanha, tornando-se um “anfiteatro”, numa quase comunhão entre seus “magníficos” prédios com a natureza exuberante. Mera ilusão, “golpe de vista” que se desfaz à medida que se põem os pés na terra. Aliás, essa sensação de impacto da primeira vista, da imagem que se forma de um olhar distante, panorâmico, e que quase sempre se converte em desencanto com a proximidade, é um traço comum nesses relatos sobre as cidades. No porto da Bahia, ao tratar da cidade baixa, Tollenare (1956, p. 281-282, grifo nosso), muda o tom:

Esta cidade baixa é o centro dos negócios; observa-se ali uma grande atividade: transportes contínuos de mercadorias, lojas muito freqüentadas; *gritos de negro que vão e vêm num espaço tão estreito que ainda mais aumenta o tumulto*. Se é acotovelado, fica-se atordoado. Quando não se tem mais o que tratar nessa parte da cidade, procura-se deixá-la com prazer mais vivo quanto ela é *obscura* e muito pouco *asseiada*. Foge-se para a cidade alta ou antes para fora da cidade [...].

Do fascínio provocado pela exuberância natural que, de tão grandiosa parecia, nos dizeres de Tollenare, “engolir” o espaço destinado à rua, passa-se a um desencantamento, desconforto gerado pela intensa e “atordoante” circulação de pessoas – em especial os negros –, pelo barulho, pela sujeira. Consuelo N. Sampaio, ao estudar o processo de modernização urbana ao longo do século XIX, lembra que esta parte da cidade quase sempre causava má impressão aos que ali desembarcavam, sobretudo aos viajantes estrangeiros. Contrastando com a beleza do “harmonioso panorama que viam do mar: o verde exuberante da montanha, contornada [...] por casas geminadas ou então cercadas de amplos quintais, dominadas pelo branco”, a cidade aparecia descrita, depois do desembarque, como pobre, feia, fétida, suja. “Em terra firme, o quadro era [...] desalentador – um aglomerado de pessoas mal vestidas, andrajosas, mendigos, escravos e meninos de rua, entre monturos de sujeira, restos de fruta e de comida” (SAMPAIO, 2005, p. 37).

A descrição nada edificante da cidade baixa foi uma constante, um “lugar comum” entre muitos dos visitantes que por ali estiveram. Tollenare (1956, p. 282) prossegue seu relato (des)qualificando-a ao apresentar mais dois aspectos nos quais a cidade deixava a desejar: a dificuldade de locomoção, que se dava pela precariedade das redes de comunicação entre as ruelas “[...] extremamente íngremes, incômodas e mesmo perigosas”, e a violência, visto que “[...] de dia corre-se o risco de, perdendo o pé, rolar até em baixo; de noite corre-se o de ser atacado por malfeitores.”

Outra viajante, a inglesa Maria Graham, esteve na Bahia no ano de 1821, acompanhando seu marido Thomas Graham, que capitaneava a fragata Doris em viagem pela América do Sul. Permaneceu cerca de dois meses em Salvador e deixou suas impressões registradas em forma de diário, publicado pela primeira vez na Inglaterra em 1824. Ao avistar a cidade, também demonstra encanto

Esta manhã, ao raiar da aurora, meus olhos abriram-se diante de um dos mais belos espetáculos que jamais contemplei. Uma cidade magnífica de aspecto, vista do mar, está colocada na cumeeira e na declividade de uma alta e íngreme montanha. Uma vegetação riquíssima surge entremeada com as claras construções [...] tudo completa um panorama encantador; depois, há uma fresca brisa marítima que dá ânimo para apreciá-lo, não obstante o clima tropical (GRAHAM, 1990, p.164).

É também como “espetáculo” que a cidade, a certa distância, vista do mar em conjunto com a natureza lhe salta aos olhos. E a sua narrativa também toma rumo oposto num contato mais próximo, ao desembarcar no Arsenal, “onde não há nada da limpeza que se observa” em sua terra.

A rua pela qual entramos através do portão do arsenal ocupa aqui a largura de toda a cidade baixa da Bahia, e é sem nenhuma exceção o lugar mais sujo que eu já tenha estado. É extremamente estreita [...]. Nos espaços que deixam livres, ao longo da parede, estão vendedores de frutas, de salsichas, de chouriços, de peixe frito, de azeite e doces, negros trançando chapéus ou tapetes, cadeiras (espécies de liteiras) com seus carregadores, cães, porcos e aves domésticas, sem separação nem distinção; e como a sarjeta corre no meio da rua, tudo ali se atira das diferentes lojas, bem como das janelas. Ali vivem e alimentam-se animais (GRAHAM, 1990, p. 165).

Para a inglesa, a sujeira não era um incômodo observado apenas nos espaços públicos, entre vendedores, negros e porcos; a casa, em sua privacidade, também foi alvo de suas críticas. Em sua narrativa, incorporou a sujeira observada nas ruas ao âmbito privado do lar, não poupando de críticas à utilização do espaço interno das casas como “depósito”

de escravos, animais e provisões. Ao descrevê-las, afirma que “[...] na maior parte são repugnantemente sujas”, mal organizadas, com escadas estreitas e escuras, além de uma decoração que deixava a desejar, já que se compunha de “[...] gravuras e pinturas, as últimas os piores borrões que nunca vi, decoravam geralmente as paredes” (GRAHAM, 1990, p. 168-169).

Graham também demonstrou bastante estranheza com relação às mulheres locais. Em sua fala, surge, em primeiro lugar, a figura da mulher reclusa, que pouco “aparecia”; e depois, “quando apareciam”, mostravam-se feias, desgrenhadas, sem lenços ou vestidos de manga, ou seja, pouco alinhadas com os hábitos da moda europeia. Mulheres, segundo seus dizeres, violentamente “deformadas” pela ação do “sujo” e do “desleixo”. Ao discorrer sobre a mulher, reafirma alguns dos “lugares-comuns” ou “tópicos” presentes na literatura de viagem e que também acabariam sendo incorporadas a alguns estudos posteriores do cotidiano brasileiro: além da reclusão feminina, aparecem ainda a sujeira e o desleixo. Reclusão que também foi apontada pelo cronista baiano Manuel Querino como uma das principais características da cidade, pois, naquela época, “[...] senhorinhas e matronas só saíam à rua em cadeirinhas de arruar, ou acompanhadas de pessoas da família” (QUERINO, 1955, p.114). Gilberto Freyre creditou esta reclusão feminina aos resquícios de um patriarcalismo “vindo dos engenhos para os sobrados”, numa tentativa dos pais de família de proteger suas esposas e filhas do perigo representado pelas ruas. As moças só saíam à rua para ir à missa, ainda assim, acompanhadas e em palanquins fechados (FREYRE, 2004, p.139).

Anos mais tarde, mais exatamente em 1836, passou pela Bahia, em missão científica, o médico e botânico escocês George Gardner. Embora tenha permanecido apenas dois dias na cidade, de passagem para Pernambuco, deixou registrado um breve depoimento. Ao Gardner também causou admiração a natureza e sua “vegetação luxuriante”, mais do que a do Rio de Janeiro, ao passo que descreveu a cidade e suas ruas como sendo “[...] estreita, mal-calçada e suja.” (GARDNER, 1975, p. 47). Pouco depois, em 1839, chegou à Bahia o missionário metodista americano Daniel Parish Kidder, “[...] com a finalidade de divulgar a Sagrada Escritura”. O viajante foi outro a mencionar as ruas imundas da Bahia, particularmente as da cidade baixa que, para ele, “[...] não ofereciam atrativos para o estrangeiro.” Quanto aos prédios, apesar de seu “aspecto alegre”, eram antigos e a rua era

[...] muito estreita, acidentada e pessimamente calçada. Além disso, a sarjeta fica mesmo no meio da rua se torna asquerosamente imunda.

Atulham-na vendedores ambulantes e carregadores de tôdas as espécies (KIDDER, 1972, p. 7).

Depois de descrever alguns outros aspectos negativos da cidade, como a dificuldade de locomoção e transporte, tanto de pessoas como de mercadorias, que resultavam na presença das “chusmas de negros” que ofereciam seus serviços para resolver esse problema; o abastecimento de água, reclamando a falta de um “aqueduto de vulto”; a pavimentação que não oferecia “uma superfície carroçável”; o estado de “ruínas” de um velho cemitério “cujos muros caíam” e o estado de “desleixo” em que se encontrava a velha catedral, Kidder, por seu turno, também reitera a mesma posição presente nos demais viajantes: a cidade, de longe, impressionava.

Na verdade, poucas cidades podem apresentar uma visão de conjunto de maior beleza que a Baía, a quem a observar de uma certa distância, do mar. Mesmo o Rio-de-Janeiro dificilmente lhe pode ser comparado (KIDDER, 1972, p. 37).

Para este autor, o único ponto da cidade que parecia reunir “vantagens”, a ponto de não deixar dúvidas a um estrangeiro que quisesse ali residir, era o bairro do Morro da Vitória. Lá, segundo Kidder (1972, p. 38),

[...] encontram-se os mais belos jardins da Baía, as mais encantadoras alamedas e as mais vastas extensões de sombra. Aí se acham, também, as melhores casas, o melhor clima, a melhor água e a melhor sociedade.

O Morro da Vitória torna-se, em sua narrativa, o único lugar da Bahia digno de ser habitado pelos europeus, uma vez que apresentava as melhores condições de habitação e “a melhor sociedade”, na qual certamente não estavam incluídos os tipos populares de feição negra que tumultuavam outras regiões da cidade, sobretudo, a zona portuária.

Dezenove anos mais tarde, em fins do ano de 1858, chega à Bahia o médico alemão Robert C. B. Avé-Lallemant, que já havia passado pelo local em 1855. Sua estada fazia parte de um projeto de pesquisas cujo objetivo era examinar as condições de vida de cada região do Brasil, depois de já ter realizado igual tarefa nas províncias do Sul. As descrições que Avé-Lallemant realiza são minuciosas e repletas de depreciações, sobretudo em relação aos negros. Novamente, como nos outros registros, tem-se um relato que começa pelo elogio da Bahia à distância, pois esta se apresenta “[...] realmente magnífica e imponente, sobretudo do convés da fragata francesa” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 20), e que envereda pela crítica à disposição material da

cidade, emitindo uma imagem generalizada de toda a Bahia pela sua primeira visão da cidade baixa: “[...] em baixo, na praia começa a verdadeira cidade; a cidade baixa; uma comprida faixa de cidade com casas altas, ruas estreitas e sujas e intensa vida comercial” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22).

Além dos aspectos materiais, Avé-Lallemant também teceu comentários depreciativos quanto ao povo, cuja movimentação nas ruas era tão confusa quanto as casas e vielas. Segundo este viajante, “[...] se não se soubesse que ela [Bahia] ficava no Brasil, poder-se-ia tomá-la sem muita imaginação, por uma capital africana..., na qual passa despercebida uma população de forasteiros brancos puros” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22). A sua atenção volta-se, sobretudo para as parcelas negras da população. A cidade da Bahia surgia como um lugar onde tudo parecia negro.

[...] negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos. Tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro; até os cavalos dos carros na Bahia são negros. A mim pelo menos pareceu que o inevitável meio de condução da Bahia, as cadeirinhas, eram como cabriolés nos quais os negros faziam às vezes de cavalos (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 22).

A constante e maciça presença do negro pelas ruas da cidade, “metrópole dos negros”, causa em Avé-Lallemant (1980, p. 22) um misto de admiração e desconforto, pois, como afirma, “[...] não pode haver mais soberba figura de homem que as desses negros da Bahia”, conquanto seja uma admiração apenas física, estética, encanto de um médico com a musculatura bem feita daqueles homens – obtida pelo rigor de trabalhos forçados – e a “riqueza das formas” daquelas mulheres “cor de azeviche”. O que se confirma na afirmação de que se trata de uma musculatura tão bem desenvolvida que a torna ideal para o trabalho pesado, pois, para aqueles tipos, “[...] carregar um peso é quase uma dança” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 23). Avé-Lallemant vai mais longe e atribui a origem de uma certa “desmoralização” da cidade aos negros:

Essas múltiplas figuras de negros, modificando-se e movimentando-se misturadas é que dão à cidade esse *tom africano* e constituem, por certo, o seu lado *sombrio*, o seu lado *escuro* [...] a *desmoralização*, a que a classe dos negros deu origem (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 24, grifo nosso).

A noção de “tom africano” que emerge das impressões de Avé-Lallemant equaciona automaticamente a cor negra de grande parte da população local ao que julga ser seu atraso moral e material; o negro, em função de sua ascendência africana, como que estacionando a Bahia num período de sombras. Cenários e imagens caricaturais que

compõem discursos nos quais a remissão àquele continente – e também a muitos cantos habitados por seus descendentes – surge de forma engessada e a-histórica, como que fadado a repetir os mesmos ciclos viciosos que o impedem de por si só alcançar os mesmos níveis de outros idealizados como superiores, ou como o renomado filósofo George W. F. Hegel condenou enfaticamente na primeira metade do Oitocentos, terra que “[...] está sempre fechada no contato com o resto do mundo, um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente” (HEGEL apud HERNANDEZ, 2008, p. 20). Espécie de lugar avesso ao progresso, na apreciação hegeliana, o continente aparece de maneira a-histórica, visto que não apresentava grandes destaques no desenrolar da história, e incapaz de acompanhar os mesmos caminhos traçados pela evolução de outras regiões, especialmente a Europa que, por sua vez, figura como contraponto com o qual os viajantes aqui apreciados conferiram sentido às suas imagens da Bahia. Ao contrário, a África – e, em certa medida, a Bahia – era por excelência o lugar da barbárie, da selvageria e do atraso, que ainda se encontrava em um estágio primitivo, num “estado bruto” que o aproximava mais da natureza que da civilização ocidental. O africano, por seu turno, ao invés de portar a razão, era “um homem estúpido” e “[...] dominado pela paixão, pelo orgulho e pela pobreza [...] em cujo caráter nada se encontra que pareça humano” (HEGEL apud HERNANDEZ, 2008, p. 21).

Este “tom africano” causa novo incômodo em Avé-Lallemant quando, em um de seus passeios pelos arrabaldes, depara-se com as figuras de negras-lavadeiras, muitas delas nuas, num espetáculo que vê como “repulsivo” em meio aos “lodaçais repugnantes” de um parque da cidade.

Tais cenas de lavadeiras deviam, sem dúvida, banir-se do parque projetado em volta do lago. Devia-se também retirar os jacarés e mesmo os ‘tigres’ – porquanto destes vi lá vestígios da pior espécie – esse horrível receptáculo de porcaria (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 29, grifo do autor).

A visão daquelas negras causara-lhe tamanha repulsa que o médico alemão as coloca em mesmo nível que os jacarés e os “tigres” (barris onde se recolhia as fezes), transformando-as numa espécie de coisa a serem removidas para o bem da paisagem do parque, insinuando-se, assim, na fala desse viajante, a sugestão de interferência no meio descrito.

Praticamente vinte anos após a passagem de Avé-Lallemant pela Bahia, em 1868, outro alemão visita a cidade. Trata-se de Oscar Constatt, envolvido com questões de

imigração de colonos alemães em Montalverne, no Rio Grande do Sul. Deixou suas impressões registradas no livro *Brasil. A terra e sua gente*, publicado pela primeira vez na Alemanha, em 1877, e só em 1954 no Brasil. Augel (1975, p. 118), a respeito do livro de Constatt, afirma que se trata de obra onde “[...] o viajante vê essa terra e essa gente pela primeira vez, impregnado pela surpresa e pelo encantamento, mas também carregado de preconceito e inevitável etnocentrismo.” Contudo, ao longo da narrativa, essa surpresa e o encantamento parecem aminorar-se diante da bagagem que traz consigo, como podemos observar na extensa, porém elucidativa passagem.

No todo, a cidade por dentro não corresponde à sua bela aparência exterior, e as ruas ladeiradas, tortuosas e mal calçadas, os muitos edifícios desleixados causam uma impressão desagradável [...]. A limpeza por si já não sendo uma virtude do tronco português a população negra concorre ainda mais para aumentar a indiferença pela imundície e sordidez. É preciso permanecer por muito tempo no Brasil para perder-se um pouco de repugnância e nojo por esta raça humana de aparência suja, mesmo exteriormente. As administrações por seu lado nada fazem para manter a limpeza nas ruas. Em todo o Brasil deixam só aos elementos o trabalho de remover os corpos em decomposição, com exceção dos humanos. Cachorros, gatos, às vezes até cavalos mortos podem ser vistos nas ruas, em todos os estágios de decomposição sem que a ninguém ocorra a remoção desses restos repugnantes. Logo a primeira vez que saí, chamou-me a atenção numa das ruas mais movimentadas [...] um jumento morto (CONSTATT, 1868 apud BARREIRO, 2002, p. 74).

O trecho é bastante revelador. Mais uma vez, aparece a visão da “bela aparência exterior”, com a rotineira mudança de tom que ocorre quando se adentra a cidade. Novamente, a (des)qualificação das ruas e o “desleixo” dos edifícios. Porém, o que sobressai é o caráter eminentemente etnocêntrico do relato de Constatt. O viajante alemão associa o estado de sujeira da cidade a uma qualidade inata do “tronco português” que a colonizou, o que se agravava com a presença do negro, segundo ele, indiferente à “imundície”. Nota-se também a crítica ao descaso que a administração pública demonstrava quanto ao aspecto do asseio das ruas da cidade, cabendo aos próprios indivíduos a remoção de detritos e de “restos repugnantes”.

Os discursos, em sua imensa maioria depreciativos, que esses viajantes proferem sobre a cidade não se limitam ao seu âmbito material. Aspectos morais, ligados ao convívio social, observados nas tradições, nas sociabilidades e no modo de vida cotidiano do povo local, são recorrentes na maioria dos relatos de viagem. As impressões que revelam do baiano, conquanto seus autores reivindicarem para si certa objetividade e neutralidade, refletem suas visões de mundo e subjetividades que se

mostram intensamente permeadas de valores culturais e ideológicos europeus, entendidos como modernos, que não encontram aqui correspondências, ligando tudo o que é observado – a chamada “cor local” –, a um tempo passado, primitivo e atrasado, ou, como diria Avé-Lallemant, a um certo “tom africano” que, por seu turno, precisa da intervenção das “luzes” europeias para alcançar a civilização considerada ideal. Nesse sentido, Augel (1975, p.204-205) afirma que nesses relatos predomina uma “consciência da superioridade da civilização moderna que ao colono cabe assimilar, imitar, admirar e reverenciar”, ou ainda, como nos lembra Miriam Moreira Leite, “[...] o viajante traz a postura do povo civilizado diante do povo atrasado” (LEITE, 1997, p.10). A esse respeito, Márcia Naxara afirma que

Nas narrativas de viagens em geral, que na verdade tramam uma narrativa histórica, fica patente a superioridade do homem civilizado e constrói-se a relação da civilização ao meio em que se desenvolve de forma determinista, além da extensão desse determinismo à natureza humana, dos pontos de vista físico (biológico) e moral. Os trópicos não constituem um lugar adequado, não sendo, desse ângulo, o lugar privilegiado da civilização (NAXARA, 2004, p. 201).

Há, portanto, um impasse entre o grau de civilização que o viajante porta – ou acredita portar – e o do lugar por ele descrito que, por sua vez, é acompanhado, segundo Flora Süssekind (1990, p.13), por uma “[...] sensação de não estar de todo.” Sensação que o leva, através de sua narrativa, a uma espécie de “[...] corrida em direção ao que este viajante entendesse por ‘civilização’, semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente, em branco” (SÜSSEKIND, 1990, p.13, grifo do autor). Torrão Filho (2008), por sua vez, acrescenta que as viagens relatadas pelos estrangeiros nos séculos XVIII e XIX, mais do que espaciais, tinham um caráter de fronteira temporal, ou melhor, um tempo plural que oscilava em um trânsito entre o tempo do lugar visitado e o tempo do lugar a partir do qual o viajante falava. O primeiro, o Brasil, em nosso caso a Bahia, situado como um “outro” que vegeta num tempo de atraso, do arcaico, do primitivismo, de uma humanidade ainda em sua “infância”, do passado e a necessidade de ser corrigido. O segundo, o tempo do lugar de onde o viajante vinha e que trazia consigo em sua “bagagem”, a Europa, situada no tempo das luzes, do presente, da civilização, do moderno, enfim, da distância e do caminho a ser percorrido para se alcançar o progresso, evidenciando a nítida ideia de uma “missão civilizadora” destes para com as áreas do Novo Mundo. Idealização de um olhar externo, firmado pelas lentes da civilização e, por isso melhor instrumentado, que

se confirmaria, por exemplo, na fala do eminente engenheiro baiano Teodoro Sampaio, que pelos idos de 1905, foi categórico: “[...] a capital da Bahia não pode continuar com um aspecto decadente, que nos envergonha perante o estrangeiro e nos rebaixa a nós mesmos, como demonstração de nossa própria incapacidade” (SAMPAIO, 1905 apud ALBUQUERQUE, 1999, p. 27-28).

Quanto ao estado do desenvolvimento cultural da Bahia, podemos analisar, por exemplo, algumas das observações sobre as artes, ou melhor, a falta de seu cultivo ou o que se denomina seu “mau gosto”, que não passaram despercebidos aos olhares de muitos viajantes. Tollenare, sobre o teatro, afirma que os atores “nada valem”, sendo as atrizes “indignas de servir de figurantes” nos mais ínfimos teatros franceses, “[...] mas, ricamente vestidas dançam uns passos sérios de modo lamentável”, o que ameniza o espetáculo é o fato dessas atrizes descobrirem “muitas nudezes”, agradando desse modo “aos olhos dos amadores” (TOLLENARE, 1956, p. 289). Para ele, no teatro local nem artistas, nem o público se equiparavam aos das produções europeias. Em uma das encenações a que assistiu, chamou-lhe a atenção a presença do lundu, que ele descreve como sendo a “[...] dança mais cínica que se possa imaginar [...] nada mais nem menos do que a representação a mais crúa do ato do amor carnal” em que o “demônio da volúpia” parece se apoderar da atriz. A sensualidade típica do lundu, “dança dos negros”, é o motivo ao qual Tollenare (1956, p. 290) credita o fato de “as senhoras de primeira sociedade” não frequentarem os teatros da cidade.

O francês aponta as causas para esse baixo desenvolvimento da cultura na Bahia relacionado-as a um outro traço que, para ele, marcava o caráter do povo brasileiro, sobre o qual discorre longamente: a indolência, que tornava o gosto pelas belas artes no país “muito insignificante”, já que não se saía desse estado de “[...] indolência senão para se ocupar de negócios pecuniários”, pois o brasileiro parecia-lhe “[...] demasiado insensível ao tédio para procurar distrações delicadas”, e, em contrapartida, o gosto refinado, “o zêlo” não era “[...] estimulado pela presença de bons modelos. (TOLLENARE, 1956, p.360).

Maria Graham, por sua vez, também narrou sua ida à ópera. Depois de informar que o teatro configura-se “muito grande e bem traçado, mas sujo”, diminui a qualidade dos atores e condena a pouca civilidade do público:

Os atores são muito maus como tais; um pouco melhor como cantores, mas a orquestra é muito tolerável. A peça era uma tragédia muito mal representada, baseada no Maomé de Voltaire. Durante a representação os cavalheiros e damas portuguesas pareciam decididos a esquecer o

palco, e a rir, comer doces e tomar café, como se estivessem em casa... Durante a algazarra provocada por isso, um capitão do exército foi preso e expulso da platéia, dizem uns que por ser batedor de carteiras, outros por estar empregando linguagem imoderada em assuntos políticos quando se estava a exigir o hino nacional (GRAHAM, 1990, p. 172-173).

Além da falta de qualidade dos atores, sua ida ao teatro também servia para lhe reafirmar que a população local não estava em dia com as normas de civilidade europeia, não se portando de acordo com as regras do decoro e dos bons modos das nações “civilizadas”. Avé-Lallemant, por seu turno, também considerou o teatro palco privilegiado para observar a população baiana. Segundo este viajante, no “muito bonito Teatro de Ópera” da cidade, a “orquestra era excepcionalmente ruim”. Para além da qualidade do espetáculo apresentado – Don Juan –, o que lhe causou impacto foi o aspecto racial tanto da platéia, onde se encontravam alguns alemães, em contraste com muitos “Peris escuros”, quanto dos atores.

Devo, todavia, consignar aqui uma *horrível anomalia*. Contando-se, embora, entre os principais artistas, descendentes de europeus e muitos deles, como, por exemplo, Dona Elvira e Zerlinda, que além de perfeitas cantoras são figuras brilhantes, não se pode ver, em nenhum palco, coristas de *feições mais horrendas* nem iguais caricaturas de comparsas, como as que vi na Bahia... tão ruim como na Bahia nunca houve... Realmente, nunca vira tão extraordinário conjunto de formas e cores humanas como no fundo do palco da Bahia! [...] A raça branca não pode estar tão escassa assim, que o principal teatro, a Ópera italiana da Bahia tenha que recorrer a essas cores e a essas figuras! (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 50, grifo nosso).

Nesta apreciação do espetáculo, a presença em palco das “horrendas” figuras de atores negros mostrava-se como uma “anomalia”, que diminuía o valor artístico da apresentação. Em sua reflexão, Avé-Lallemant (1980, p. 50) vai mais longe, relacionando a presença de “negros e de gentes de cor” no teatro, assistindo ou atuando, à balburdia que estas camadas da população faziam nas ruas e a uma possibilidade de tornarem-se “uma ameaça e até mesmo um perigo para a existência dos brancos”, pois acabavam por figurar como “classes perigosas”.³

Além das artes, a religiosidade do baiano e suas manifestações (missas, procissões, ex-votos) também foram alvo do crivo dos viajantes. Em muitos relatos, aparecem mais como superstição, símbolo do atraso da cultura luso-brasileira ou como a exibição de uma “religião de aparências”, do que como expressões condizentes com a fé cristã dominante. Ideia que, por sua vez, também viria a se tornar corriqueira na historiografia que se dedicou à compreensão da cultura brasileira, como nos mostrou

Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*.⁴ Ao analisar a tópica da “religiosidade de aparências” do luso-brasileiro presente nas narrativas dos viajantes, Torrão Filho avalia que, nesse tipo de literatura, a superficialidade da fé é uma das bases da construção de um discurso acerca da formação das cidades luso-brasileiras. Para o autor, ao enveredarem pela máxima da religiosidade de aparências, os viajantes acabaram por irmanar o material ao moral, sobressaindo uma interpretação global da sociedade na qual o que lhes gerava incômodo não era a falta da fé, e sim, “[...] uma devoção mal posta, inadequada e muitas vezes anacrônica” (TORRÃO FILHO, 2008, p. 224).

A preocupação com a religiosidade, ao menos no que toca sua exterioridade e aparência, pode ser percebida na extensa descrição que muitas dessas narrativas dispensaram à arquitetura religiosa, sempre destacada pelos viajantes. Os templos, em sua grandiosidade descompassada com o restante dos edifícios, denotavam, na visão de alguns visitantes, o grau de idolatria da religião local. O inglês Thomas Lindley (1969, p. 161), em sua passagem pela Bahia em 1801, assinala que, como na maioria das cidades católicas, ali “[...] as igrejas são os edifícios de mais relevo, e aqueles aos quais foram dispensados o máximo cuidado e os maiores gastos.” Tollenare é outro a se dedicar longamente à análise do catolicismo na cidade, tecendo inclusive críticas ao comportamento moral do clero, sempre tendo como contraponto o estado da religião na França. Por se encontrar hospedado em frente a uma igreja, o viajante francês se sente privilegiado para avaliar o comportamento e as práticas religiosas dos baianos, chamando atenção para o fato de a igreja estar quase sempre “na solidão”, verdadeiro “espaço ermo” em dias ordinários. Cenário que mudava, segundo Tollenare, em dias de festa quando cerca de “quinze ou vinte palanquins” traziam os moradores das redondezas e então podia se observar uma “multidão” na igreja.

“Jamais se trata do dógma e fala-se do culto como um espetáculo divertido mas fútil” (TOLLENARE, 1956, p. 337), essa é a conclusão a que Tollenare chega após presenciar essa lotação apenas ocasional da missa. As igrejas e suas cerimônias aparecem para esse viajante também como o lugar onde se podia observar uma “[...] singular mistura do profano e do sagrado.” Cita, como exemplo, as comemorações do casamento do príncipe real com a arquiduquesa da Áustria, onde pôde observar em uma cerimônia um “[...] menino Jesus em traje de corte, rêde nos cabelos, chapéu agalado, espada à cinta e o bastão castão em punho”; ao adentrar à sacristia da paróquia, “rica e elegantemente adornada”, surpreendeu-lhe a grande quantidade de imagens de Nossas Senhoras e outros santos juntamente com as de “[...] bastantes celebridades que a França

produziu durante a Revolução, o retrato de Napoleão em ornato imperial, os de Blücher, Wellington, Bernadote, Platoff e dos principais soberanos da Europa”, sem falar em “algumas molduras que encerravam lindos assuntos eróticos” (TOLLENARE, 1956, p. 320).

O caráter ornamental e de ostentação da religião católica nesta cidade também despertou o crivo do missionário americano Kidder, para quem as festas da Igreja normalmente reuniam uma “[...] incompreensível mescla de solenidade e ridículo [...] pompa e esplendor” (KIDDER, 1972, p. 38). Para este, talvez mesmo por sua formação metodista, a ideia das “aparências” e da idolatria era um traço decisivo na religião católica na Bahia. Ressaltou a grande quantidade de fábricas de imagens de santos, crucifixos e outros objetos litúrgicos que “[...] eram expostos nas lojas, com tal profusão, como nunca víamos em outro lugar, indicando ser aí mais intenso que alhures o comércio de objetos sacros” (KIDDER, 1972, p. 40). A suntuosidade dos templos também o incomodara, afirmando ser a mesma tão excessiva quanto era exagerado o número de igrejas naquela cidade. Na narrativa de Kidder sobre Salvador, prevalece a ideia de uma “fé de fachada”, o que se torna claro ao lermos a indagação com que este conclui esse seu posicionamento: “Cruzes, há as em abundância, mas quando prevalecerá a verdadeira doutrina da cruz?” (KIDDER, 1972, p. 38).

Ao médico dinamarquês G. M. Friis, que esteve na cidade em 1861, as cerimônias religiosas, segundo seus dizeres, na “*Iglesia da nostra senhora do bom fin*”, tinham aspecto de “parque de diversões”, pois as pessoas entravam e saíam constantemente durante o rito, vestiam roupas “festivas”, as “[...] pretas com turbantes e as damas à moda européia”; vendiam-se coisas para comer e beber e soltavam-se fogos (FRIIS apud AUGEL, 1975). O comportamento do sacerdote frente ao altar também não lhe agradava, pois este não lhe parecia “[...] muito sério conversando e brincando com as mulheres o tempo todo”, comportamento esse que já havia sido anotado anteriormente por Tollenare. Segundo Augel, estas cenas deixaram Friis convencido de que cerimônias como aquela “não promovem de maneira nenhuma a religiosidade” (AUGEL, 1975, p.104-105).

A crítica dos viajantes à religiosidade brasileira, em especial à baiana, não se limitou apenas ao catolicismo. As expressões de religiosidade dos escravos, principalmente por suas origens africanas, não passaram despercebidas a esses observadores. José C. Barreiro assinala que a festa anual de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, tradicional por ser o momento da Coroação do Rei do Congo, em que os

negros escolhiam um de seus pares para ser seu representante e exercer certa liderança, ainda que simbólica, refletia nos olhares de alguns viajantes o mesmo tom de zombaria, jocosidade, prepotência, superioridade e arrogância com que era encarada pelos brancos, inclusive pelo padre, que parecia estar mais preocupado em saciar seu apetite do que em realizar a cerimônia. Barreiro cita o inglês Henry Koster, que esteve no nordeste de 1809 a 1820, e ressaltou “o ridículo das cores e das formas desproporcionais das roupas do rei, da rainha e do secretário” utilizadas no rito (BARREIRO, 2002, p. 110). Havia, portanto, uma similaridade entre as posições dos viajantes com as das elites locais a desqualificar qualquer reminiscência de um “tom africano” no cotidiano da cidade.

O viajante, ao relatar o que vê, ouve, sente, colabora para forjar uma identidade para o lugar visitado, identidade da qual também compartilha, visto que preenche a “folha em branco” que julga ser o “outro” a partir de traços e qualidades que ele próprio acredita deter. Identidade que esse “outro” não conseguiu atingir por razões de origem – raciais, religiosas, culturais – e que se marca pela falta, por um vir a ser desde que um assimile os hábitos do outro. Nas narrativas desses viajantes, a população local, o brasileiro de modo geral, aparece, conforme observa Márcia Naxara (2004, p. 294), inferiorizada como selvagem e desinteligente, em descompasso com a grandiosidade de uma natureza “exótica, bela, poderosa, potente”. Descompasso constantemente apontado pelos viajantes, como se a população nativa não fosse digna de tamanha riqueza natural.

Não só a população local, mas também a cidade – entendida tanto como artefato, constructo humano quanto como representação –, parece apequenar-se diante dessa natureza hiperbolizada pelas sensibilidades dos viajantes. Daí a recorrente caracterização das cidades luso-brasileiras – especialmente Rio de Janeiro e Salvador – como “anfiteatro” e “espetáculo”, como pôde ser visto em relação à Bahia. Essa descrição das cidades como anfiteatros não implica apenas em trazer ao leitor a mera apreciação de seu panorama visto do mar por esse ou aquele viajante. Torrão Filho assinala que esse tipo de representação das cidades “defini-lhes um caráter, uma personalidade e uma morfologia”, através de uma “estrutura metafórica” que se desmonta à medida que, com a aproximação, aquela “[...] beleza ilusória, percebida apenas à distância” se perde e, com essa proximidade a real face da cidade vem à tona, “[...] a sua mácula e a sua desordem; seu caráter cenográfico, teatral, que engana os sentidos e que esconde por trás de seus encantos a desordem e a morte” num “[...] teatro

de contrastes, no qual sua beleza era posta contra a miséria de muitos de seus habitantes... espaço alegórico da queda, do pecado e da desolação” (TORRÃO FILHO, 2008, p. 202-203). Cidade, assim como seus homens, sem substância, portando apenas uma urbanidade de aparências.

Ao refletir sobre a utilização dos relatos de viagem para a produção historiográfica, em artigo em que estuda a atuação médica do já referido viajante Thomas Lindley na Bahia de princípios do Oitocentos, Alarcon Agra do Ó afirma que essas narrativas devem ser encaradas

[...] como uma operação cultural complexa, que compõe, ao mesmo tempo, um aparato de representações para o Brasil e um conjunto de referências para a identidade cultural do povo para quem se escreve [...]. São triangulações, jogos de espelhos que ali se organizam. É construído um mundo sobre o qual se narra, e é construído também um outro mundo para o qual se narra. E nesse movimento, duplo e complexo, são estabelecidas regras para a aproximação adequada (ou o afastamento necessário) entre essas duas realidades (AGRA DO Ó, 2004, p. 29).

Agra do Ó prossegue seu raciocínio – em um caminho muito próximo ao apontado por Sandra J. Pesavento (2007) em nota logo às primeiras páginas deste artigo –, concluindo que a importância de se estudar os viajantes reside no fato de que estes

[...] foram, entre outros, os responsáveis pela montagem do imaginário do resto do mundo sobre alguns instantes de nossa história, e esses movimentos merecem atenção. É imprescindível lê-los, para sabermos como éramos vistos de fora – por discursos que, depois, seriam operados por nós mesmos na construção da nossa própria identidade (AGRA DO Ó, 2004, p. 29)⁵.

Assim como Agra do Ó e Sandra Pesavento, foi também como conjunto de representações e referências para uma identidade cultural que procuramos ver as narrativas de viagens aqui trabalhadas. Procuramos, ainda, tratá-las como representações que não são apenas instituídas, mas que também instituem práticas sociais, ou como sugere Torrão Filho (2008, p. 15), utilizando-se de Roger Chartier, como “[...] textos produtores de sentido”.⁶ Mesmo que a maioria desses relatos não tenham tido uma circulação massiva entre os letrados do período – até porque a maioria da população era analfabeta –, e grande parte deles terem sido publicados em português para o público brasileiro somente um bom tempo depois – a maioria já no século XX –, entendemos que constituem importante referência para as imagens da cidade e para as possíveis autoimagens formadas por seus moradores, ao menos para a elite letrada que

tinha acesso às publicações originais e que delineava os referenciais políticos e culturais a serem seguidos. Desse modo, entendemos que a historicização de alguns dos muitos relatos dos viajantes que passaram pela cidade da Bahia ao longo do século XIX fornecem-nos um caminho instigante para se pensar a forma pela qual o povo baiano, em consonância com os aspectos urbanos de sua capital, foi sendo moldado e também moldou uma autoimagem. Através da descrição efetuada a partir de seus modos de vida, seus hábitos, suas particularidades observadas no dia-a-dia de suas “mal-fadadas” ruas, os viajantes chegaram a um quadro desalentador. Em sua maioria, relataram uma cidade atrasada, pobre, feia – em contraste com a beleza natural sobre a qual se edificou –, suja, pouco estruturada. O povo aparecendo como indolente, primitivo, bárbaro e incivilizado. Cidade e povo, porque manchados por um “tom africano”, em oposição aos ideais de civilização dominantes no período.

Referências Bibliográficas

- AGRA DO Ó, Alarcon. Thomas Lindley: um viajante fala de doenças e os seus enfrentamentos no início do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, p.13-31, jan./abr. 2004.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. (Várias histórias).
- AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*. 1975. 285 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. Tradução de Eduardo L. Castro. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. (Reconquista do Brasil, 19).
- BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.
- GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante, durante os anos de 1836/1841*. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. (Reconquista do Brasil, 13).
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução de Américo J. Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990. (Reconquista do Brasil, 2ª série, 157).
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1963.

- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Martins/Edusp, 1972. (Biblioteca histórica brasileira, 2).
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. *A Rainha Destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. 2005. 321 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- LINDLEY, Thomas. *Narrativa de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia. Nacional, 1969.
- MATTOSO, Kátia Maria de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- NAXARA, Márcia Regina. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2004.
- PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.
- QUERINO, Manuel. *A Bahia de outrora: vultos e fatos populares*. 4. ed. Salvador: Progresso, 1955.
- SAMPAIO, Consuelo N. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005.
- SANTOS, Mário Augusto S. *A República do povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: Ed. UFBA, 2001.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. São Paulo: Ed. UNESP; Salvador: Ed. UFBA, 2001.
- TOLLENARE, Louis-François. *Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil em 1816, 1817 e 1818*. Salvador: Progresso, 1956.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagens (1783/1845)*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

Notas

-
- ¹ Gilberto Freyre (1990, p. 208) ressaltou essa fama de atraso da Bahia no período. Segundo o autor, na transição para a República, “[...] a Bahia representava, então, mais e melhor do que qualquer outra Província do Império, além do justo, o excessivo, quer na resistência brasileira ao progressivismo cultural de toda a espécie, quer na afirmação, se não ostensiva, pela inércia à vezes saudável, do que fosse valor do castiçamento luso-brasileiro ou consagradamente luso-católico, contra inovações bizarras ou estrangeirices afoitas. [...] os olhos e os ouvidos dos baianos teriam vomitado tais exotismos como se repelisses dos seus estômagos, habituados a quitutes, também tradicionalmente luso-baianos, bifes crus à inglesa ou lingüiças à moda mais rudemente alemã.”
- ² Rinaldo Leite (2005, p. 14) afirma, ao pensar as elites baianas deste período, que estas não configuravam obrigatoriamente um grupo homogêneo, pelo contrário, pode ser observada “[...] uma diversidade em seu conjunto.” Eram homens basicamente de vida urbana, em sua maioria brancos, embora houvesse alguns mestiços, que tinham por substrato comum o “letramento” a conferir-lhes “[...] valores num nível bastante aproximado”.

-
- ³ Sidney Chalhoub (1996, p. 24-29) historiciza a ideia de “classes perigosas” e remete seu aparecimento à Europa de meados do século XIX, afirmando que naquele momento essa se relacionava aos indivíduos que por algum motivo estavam à margem da lei. No Brasil, ao longo da segunda metade do mesmo século, essa ideia sofreria alguns rearranjos a partir das falas de nossos deputados, ligando-se claramente à parcela mais pobre da população, encarada como um contingente carregado de vícios, como a ociosidade. Essa caracterização encontrará nos negros alvos preferenciais, tanto através de um discurso social que suspeita de tais elementos por sua condição escrava, quanto, mais tarde, pelas argumentações de cunho biológico das teorias raciais. Classificação que, segundo Chalhoub, fará com que os negros se tornem “[...] membros permanentes das classes perigosas.”
- ⁴ Em sua clássica interpretação do Brasil, Sérgio B. de Holanda – numa visão muito próxima a dos viajantes – entende que há no Brasil “[...] uma religiosidade de superfície, menos atenta ao sentido íntimo das cerimônias do que ao colorido e à pompa exterior, quase carnal em seu apêgo ao concreto e em sua rancorosa incompreensão de toda verdadeira espiritualidade; transigente, por isso mesmo que pronta a acordos, ninguém pediria, certamente, que se elevasse qualquer moral social poderosa” (HOLANDA, 1963, p. 142).
- ⁵ Não por acaso, um dos projetos fundantes de uma maneira de se pensar a história nacional no Brasil do século XIX foi de um viajante. Trata-se do alemão Carl F. P. Martius, vencedor do concurso organizado pelo IHGB em 1844 com o projeto intitulado “Como se deve escrever a história do Brasil?”, modelo que deitaria raízes e se estenderia por muito tempo na produção historiográfica brasileira.
- ⁶ Em sentido análogo, em que pesem as divergências teóricas entre estes autores, José Carlos Barreiro afirma, sobre as representações dos viajantes que: “[...] os limites entre práticas sociais e representações são muito fluídos, constituindo-se estas últimas também em práticas com forças de intervenção e transformação da realidade social” (BARREIRO, 2002, p. 11).

Artigo recebido em 19/08/2013. Aprovado em 11/11/2013.